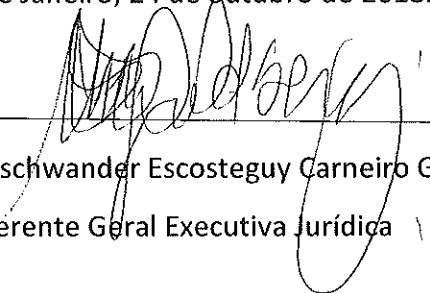


ATESTADO

PETRO RIO O&G EXPLORACAO E PRODUCAO DE PETROLEO LTDA., sociedade empresária limitada, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 11.058.804/0001-68, com sede na Praia de Botafogo, nº 370, 1º andar, Botafogo, na cidade e estado do Rio de Janeiro, CEP 22.250-040, vem atestar, para fins de comprovação de capacidade técnica, que o escritório **FAVERET LAMPERT ADVOGADOS**, estabelecido na Avenida Rio Branco, nº 134, 14º andar, Centro, na cidade e estado do Rio de Janeiro, CEP 20040-002, inscrito no CNPJ sob o nº 24.768.341/0001-70, presta, de forma satisfatória e sem ressalvas, serviços de assessoria jurídica em matérias relacionadas com o Direito do Petróleo e Gás Natural e o Direito Administrativo, tais como representação em processos administrativo e judicial perante a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP e questões regulatórias.

Rio de Janeiro, 24 de outubro de 2018.



Maria Neuenschwander Escosteguy Carneiro Goldberg
Gerente Geral Executiva Jurídica

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.356.452 - RJ (2018/0225536-9)

RELATOR : **MINISTRO SÉRGIO KUKINA**
AGRAVANTE : PETRO RIO O&G EXPLORACAO E PRODUCAO DE PETROLEO LTDA.
ADVOGADOS : JOSÉ ROBERTO PENNA CHAVES FAVERET CAVALCANTI - RJ060705
MARIA LUIZA FAVERET CAVALCANTI GARCIA DE SOUZA E OUTRO(S) - RJ075949
VINICIUS DE FIGUEIREDO TEIXEIRA - DF019680
AGRAVADO : AGENCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

DECISÃO

Trata-se de agravo manejado por **Petro Rio O&G Exploração e Produção de Petróleo Ltda** contra decisão que não admitiu recurso especial, este interposto com fundamento no art. 105, III, *a* e *c*, da CF, desafiando acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região, assim ementado (fl. 2.450/2.451):

ADMINISTRATIVO. AGÊNCIA NACIONAL DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP. AUTO DE INFRAÇÃO. CERCEAMENTO DE DEFESA INEXISTENTE. TIPICIDADE DAS CONDUTAS. TEORIA DA CONTINUIDADE DELITIVA IN APLICABILIDADE. DOSIMETRIA DA PENA DE MULTA. LEGALIDADE RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.

1. A controvérsia posta nos autos cinge-se em perquirir se (i) houve nulidade do processo administrativo por encerramento irregular da instrução processual ou cerceamento de defesa pelo indeferimento da produção da prova pericial de engenharia; e se (ii) correta a imposição de multa administrativa á parte autora, em razão das irregularidades apresentadas no momento da inspeção com fulcro no artigo 3º, IX, da Lei nº 9 847/99, por expressa previsão legislativa constante nos arts. 7º e 8º da Lei nº 9.478/97, tendo a autuação decorrido de infrações administrativas aos itens 7.2.1, 5.1, 7.2.5 e 7.1.12 do Regulamento Técnico de Medição aprovado pela Portaria Conjunta ANP/INMETRO nº 1 de 19 de junho de 2000.

2. A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, autarquia federal vinculada ao Ministério de Minas e Energia, foi efetivamente implantada pelo Decreto 2.455, de 14 de janeiro de 1998 sendo o órgão regulador das atividades que integram a referida indústria, com a responsabilidade pela execução da política nacional para o setor energético do petróleo, gás natural e biocombustíveis.

3. Conforme asseverado na sentença recorrida, deve ser rechaçada

a alegação de ilegitimidade, bem como a aplicação da Cláusula 13.2.8 do mencionado contrato de concessão ao caso em tela, uma vez que se operou a cessão do contrato de concessão e operação do Campo de Polvo, cujas cláusulas liberam a BP de suas obrigações, passando a HRT a assumir todas as suas responsabilidades, e estabelecem a solidariedade entre os consorciados. O contrato de cessão transferiu para a apelante a responsabilidade das obrigações da operadora anterior, não prosperando a tese de que foi atribuída pena á pessoa diversa da real infratora.

4 Não há que se falar em nulidade do processo administrativo por ter sido o direito de defesa cerceado em decorrência do indeferimento da produção de prova pericial de engenharia Isso porque se verifica a desnecessidade da produção de quaisquer outras provas, haja vista não ser o prejuízo à confiabilidade do sistema de medição ou eventual benefício auferido com a violação das regras de medição o cerne da autuação, mas sim o descumprimento das exigências do Regulamento Técnico de Medição.

5. A sanatória das não-conformidades apontadas na inspeção realizada em novembro de 2013 não descaracteriza a infração de modo a ensejar a extinção de sua punibilidade, porquanto ausente previsão legal para tanto Ao contrário, pretende evitar que não conformidade considerada improcedente seja incluída no auto de infração.

6. A mera alteração da capitulação da conduta, mesmo no âmbito administrativo, não gerou prejuízo à defesa, visto que a operadora teve oportunidades para se manifestar no processo administrativo, fornecendo documentos, provas, efetuando diligências e a defesa foi plenamente exercida em relação aos fatos, independentemente da capitulação da conduta.

7. A subsunção do fato á norma foi adequada e coerente com o caso concreto, não sendo cabível o controle do ato administrativo, nesse particular aspecto, sob pena de indevida invasão do mérito administrativo, o que não é dado ao Poder Judiciário, em respeito ao Princípio da Separação dos Poderes.

8. A finalidade preventiva e repressiva da aplicação de penalidades justifica a imputação de pena a cada um dos instrumentos dos pontos de medição, inibindo a multiplicação do não atendimento às normas de medição a todos os pontos de medição compreendidos em uma mesma unidade de produção.

9. A aplicação da multa de mora sobre multa aplicada como sanção administrativa por agência reguladora em razão de cometimento de infração não impede sua discussão judicial, mas corresponde a uma consequência própria do inadimplemento da obrigação, conforme assevera o caput do artigo 37-A da Lei nº 10.522. de 19 de julho de 2002.

10. Rechaça-se a pretensão de reenquadramento das condutas imputadas à ora apelante, visto que, conforme consta do auto de

infração, as mencionadas condutas da apelante constituem infrações administrativas dispostas nos itens 5.1, 7.1 12, 7.2.1 e 7.2.5 do Regulamento Técnico de Medição aprovado pela Portaria Conjunta ANP/INMETRO nº 1 de 19 de junho de 2000, apenas nos termos do artigo 3º, incisos V e IX, da Lei 9.847/1999, não configurando a atipicidade alegada tampouco violação ao princípio da legalidade ou da reserva legal.

11. Ante o elevado valor da causa, que, quando da propositura da ação, equivalia a R\$ 2.805.665,00 (dois milhões, oitocentos e cinco mil, seiscentos e sessenta e cinco reais), verifica-se que o valor arbitrado de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), correspondente a 10,6% do valor atribuído à causa, mostra-se superior ao previsto no inciso III do parágrafo terceiro do artigo 85 do CPC/2015, merecendo ser reduzido para 5% do valor da causa, pois tal quantia revela-se suficiente e adequada para recompensar os serviços realizados pelos patronos da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, tendo em vista não ser o caso em tela de grande complexidade e não ter exigido grande dispêndio de tempo, porquanto a demanda foi ajuizada em 21 de setembro de 2015.

12. Recurso de apelação parcialmente provido para determinar a redução dos honorários sucumbenciais para o equivalente a 5% do valor da causa.

Opostos embargos declaratórios, foram rejeitados ante a inexistência dos vícios elencados no art. 1.022 do CPC/2015 (fls. 2.474/2.488).

Nas razões do recurso especial, a parte agravante aponta divergência jurisprudencial e violação aos arts. 420, parágrafo único, inciso I, 458, incisos II e III, do CPC/73; 464, § 1º, 489, § 1º, incisos II e IV, do CPC/2015; 2º, 3º, incisos V e IX, 4º e 13 da Lei n. 9.847/99; 2º, *caput*, parágrafo único, incisos I, IV, VII e VIII, e 50, da Lei n. 9.784/99; 37-A da Lei n. 10.522/02; e 61 da Lei n. 9.430/96.

Sustenta, em resumo, que (I) não foi a empresa recorrente quem praticou a conduta que ensejou o auto de infração, devendo a multa ser paga pela empresa BP; (II) houve cerceamento de defesa no decorrer do processo administrativo, em razão da não autuação da BP, devendo ser reconhecida a sua nulidade; (III) o indeferimento da prova pericial no curso da ação judicial também cerceou o direito de defesa; (IV) a perícia de engenharia era indispensável ao deslinde da causa; (V) foram indevidamente aplicadas múltiplas multas iguais; e (VI) é incabível a "aplicação de multa de mora sobre as multas do auto de infração, em dupla punição quanto a um mesmo fato" (fl. 2.570).

É o relatório.

Primeiramente, no que se refere à alegada ausência de responsabilidade da agravante acerca da conduta infracional, verifica-se que a Corte de origem concluiu, a partir da análise dos contratos firmados entre a agravante e a empresa BP, ser aquela primeira a responsável pelas obrigações correspondentes ao auto de infração lavrado pela Agência reguladora, conforme se infere do seguinte trecho do acórdão recorrido (fls. 2.427/2.429):

Contudo, conforme asseverado na sentença recorrida, deve ser rechaçada a alegação de ilegitimidade, bem como a aplicação da Cláusula 13.2.8 do mencionado contrato de concessão ao caso em tela, uma vez que se operou a cessão do contrato de concessão e operação do Campo de Polvo, cujas cláusulas liberaram a BP de suas obrigações, passando a HRT a assumir todas as suas responsabilidades, e estabeleceram a solidariedade entre os consorciados.

Nesse sentido, verifica-se a alteração do Contrato de Consórcio em razão da referida cessão contratual, a qual estabeleceu a liberação da BP de suas obrigações, passando a HRT a assumir todas as suas responsabilidades: [...]

Nessa toada, notório que o contrato de cessão transferiu para a apelante a responsabilidade das obrigações da operadora anterior, não prosperando a tese de que foi atribuída pena à pessoa diversa da real infratora, tendo, inclusive, tal Termo de Cessão de Direitos do Contrato de Concessão nº 48610.003888/2000, sido aprovado pela ANP, conforme Reunião de Diretoria 737, de 18/12/2013, RD nº 1331/2013, no qual se confirma a aceitação dos encargos e a assunção das responsabilidades da BP pela HRT.

Como se percebe da transcrição, a alteração das conclusões adotadas pela Corte de origem, tal como colocada a questão nas razões recursais, demandaria, necessariamente, novo exame do acervo fático-probatório constante dos autos, bem como das cláusulas contratuais pertinentes, providências vedadas em recurso especial, conforme o óbice previsto nas Súmulas 5 e 7/STJ. Nesse sentido:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO ORDINÁRIA. AUTO DE INFRAÇÃO. ART. 50 DA LEI N. 9.784/1999. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ. MULTA ADMINISTRATIVA. LEGALIDADE E PROPORCIONALIDADE. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. NECESSIDADE DE REEXAME DAS PROVAS, FATOS E CLÁUSULAS ENCARTADOS AOS AUTOS. SÚMULAS 5 E 7/STJ. [...]

2. A revisão da conclusão a que chegou o Tribunal de origem sobre a legalidade da multa administrativa aplicada à empresa concessionária bem como o exame sobre a proporcionalidade do quantum fixado, em razão de demora na instalação do gás na residência da usuária do serviço público, demandam o reexame dos fatos, provas e cláusulas contratuais constantes dos autos, o que é vedado no âmbito do recurso especial, nos termos das Súmulas n. 5 e 7 do STJ.

3. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 825.638/RJ, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 15/3/2016, DJe 30/3/2016)

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282 E 356/STF. INDENIZAÇÃO POR ERRO MÉDICO. ILEGITIMIDADE PASSIVA DO ESTADO E CHAMAMENTO AO PROCESSO DA CONVENIADA. ANÁLISE DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS E REVISÃO DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. ÓBICE DAS SÚMULAS 5 E 7/STJ. [...]

4. No mais, o Tribunal de origem julgou integralmente a lide e solucionou a controvérsia, tal como lhe foi apresentada, lançando os seguintes fundamentos: "Incontendível a SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE ter firmado contrato de gestão (fls. 143 e ss.) com a SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, mediante o qual delegou à sobredita contratada o gerenciamento e a execução de atividades e serviços de saúde no âmbito do Hospital Estadual de Diadema, e em cuja Cláusula Segunda e Quarta, restaram consignadas as obrigações de: (...) Da exposta natureza jurídica designadamente reducionista do convênio administrativo defluem ao menos três características que lhe são inarredáveis e que não escapariam ao crivo do publicista ortodoxo: 1 - produz efeitos exclusivamente em relação aos pactuantes, não alcançando "terceiros" estranhos à relação de direito material; 2 - carece plenamente de função normatizante de direitos subjetivos públicos; 3 - não se aplica à conformação intrínseca das prestações sanitárias, cujo regime, por exegese sistemática, é de máxima cogência. (...) Registre-se que foi na condição de beneficiária do SUS que a paciente recebeu assistência médico-hospitalar. Declaro, pois, ineficaz em relação à autora a Cláusula Quarta, do Convênio firmado entre a Secretaria Estadual de Saúde e a SPDM, por manifestamente refratária à ordem pública, na parte que intenta se exonerar e transferir para a conveniada a responsabilidade civil".

5. A análise da controvérsia e da pretensão veiculada no Recurso Especial demanda incursão em cláusulas contratuais, inalcançável pelo STJ, bem como a revisão do conjunto fático-probatório dos autos. Aplica-se, portanto, os óbices das Súmulas 5 e 7/STJ.

6. Recurso Especial não conhecido.

Superior Tribunal de Justiça

(REsp 1.728.288/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 17/5/2018, DJe 2/8/2018)

Quanto à aventada nulidade do processo administrativo, assim decidiu a instância recorrida (fl. 2.430):

Com efeito, não se verifica prejuízo à defesa, nem à razoável duração do processo, porquanto da confecção do relatório até a lavratura do auto, a apelante teve oportunidade de encaminhar subsídios à sua defesa e tomar as providências para que fossem sanadas (fls. 1144 e 1234), tendo a ANP se posicionado sobre a documentação apresentada pela apelante em março de 2014 (fls. 1333/1352) e teve o auto lavrado em 14/05/2014 (fls. 1493/1498).

Outrossim, sustenta a apelante a nulidade do processo administrativo, eis que teria havido cerceamento de defesa pelo fato de a ANP ter alterado o fundamento legal das infrações constantes nos itens 10 e 11 daquela tipificada no inciso IX do artigo 3º da Lei 9.847/99 para capitulá-la no inciso V do artigo 3º do mesmo diploma normativo, sem reabertura de prazo para defesa e para novas alegações finais.

Verifica-se quer a mera alteração da capitulação da conduta, mesmo no âmbito administrativo, não gerou prejuízo à defesa, visto que a operadora teve oportunidades para se manifestar no processo administrativo, fornecendo documentos, provas, efetuando diligências e a defesa foi plenamente exercida em relação aos fatos, independentemente da capitulação da conduta.

Salienta-se que a decretação de nulidade pressupõe a existência de prejuízo, o que no caso em tela não se verificou, já que não houve comprovação de dano no exercício do seu direito.

Note-se que, ao decidir nesses termos, o Tribunal regional alinhou-se à jurisprudência deste Sodalício, segundo a qual é indispensável a comprovação do efetivo prejuízo à defesa para fins de nulidade do processo administrativo por eventual vício no procedimento. Vejam-se:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC/1973. INEXISTÊNCIA. AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT. PROCESSO ADMINISTRATIVO SIMPLIFICADO. ALEGAÇÕES FINAIS. AUSÊNCIA. NULIDADE. INOCORRÊNCIA.

1. Não há violação do art. 535 do CPC/1973 quando o órgão julgador, de forma clara e coerente, externa fundamentação adequada e suficiente à solução integral das controvérsias que lhe foram submetidas a julgamento.

2. Nos termos da Súmula 211 do STJ, "inadmissível recurso especial

quanto à questão que, a despeito da oposição de embargos declaratórios, não foi apreciada pelo Tribunal".

3. A Lei n. 9.784/1999 se aplica de forma subsidiária aos processos administrativos em geral, na hipótese de haver lacuna normativa.

4. A falta de previsão na Resolução ANTT n. 442/2004 para oferecimento de alegações finais não acarreta omissão normativa, mas simplificação do processo administrativo, razão pela qual não há cerceamento de defesa em sua não oportunização.

5. Não se declara nulidade de processo administrativo por ausência das alegações finais, uma vez que não foi demonstrado eventual prejuízo. Princípio pas de nullité sans grief.

6. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp 1.581.109/PR, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 12/9/2017, DJe 26/10/2017)

ADMINISTRATIVO. PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL. ALEGAÇÃO DE CERCEAMENTO DO DIREITO DE DEFESA. NÃO COMPROVAÇÃO DE PREJUÍZO. CONSONÂNCIA COM A JURISPRUDÊNCIA DO STJ. PAS DE NULLITÉ SANS GRIEF.

I - O recorrente teve seu direito ao devido processo legal assegurado e, apesar das alegações quanto à suposta violação da legislação federal, em momento algum a parte conseguiu demonstrar concretamente qual foi o seu prejuízo.

II - A jurisprudência desta Corte é remansosa no sentido da necessidade de efetiva demonstração dos prejuízos à defesa como pressuposto para a nulidade do processo administrativo, em homenagem ao princípio pas de nullité sans grief. Precedentes: RMS 30.856/SP, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 17/03/2016, DJe 31/03/2016; RMS 28.132/ES, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 15/12/2015, DJe 03/02/2016; AgRg no RMS 48.427/GO, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 03/12/2015, DJe 05/02/2016.

III - O Superior Tribunal de Justiça assentou na sua jurisprudência que, não obstante as sessões administrativas acontecerem a portas fechadas, como sustenta o recorrente, não é, por si só, motivo suficiente para se decretar a nulidade do ato administrativo, desde que seja garantido à parte o contraditório e a ampla defesa, exatamente como aconteceu no presente caso. Precedentes: AgRg nos EDcl no RMS 33.017/BA, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 24/11/2015, DJe 09/12/2015; MS 15.544/DF, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, CORTE ESPECIAL, julgado em 02/05/2012, DJe 18/05/2012; MS 15.544/DF, Rel. Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, CORTE ESPECIAL, DJe 18.5.2012 e RMS 17.464/BA, Rel. Min. JORGE MUSSI, DJe 3.8.2009.

IV- Agravo interno improvido.

(AgInt no AREsp 934.319/SP, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, julgado em 16/11/2017, DJe 22/11/2017)

Superior Tribunal de Justiça

Ademais, a prova pericial foi indeferida pelo órgão judicante devido a sua desnecessidade para a hipótese dos autos, "*haja vista não ser o prejuízo à confiabilidade do sistema de medição ou eventual benefício auferido com a violação das regras de medição o cerne da autuação, mas sim o descumprimento das exigências do Regulamento Técnico de Medição*" (fl. 2.429).

Nesse contexto, cabe às instâncias ordinárias o juízo acerca da necessidade de produção de prova e o seu reexame, o que, na estreita via do recurso especial, encontra óbice na Súmula 7 desta Corte, consoante os seguintes precedentes:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AMBIENTAL. OFENSA AO ART. 535 DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. PREQUESTIONAMENTO IMPLÍCITO. NÃO COMPROVADO. MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA. NECESSÁRIO PREQUESTIONAMENTO. CERCEAMENTO DE DEFESA. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ.

[...]

4. Segundo a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, o juiz é o destinatário das provas e pode, assim, indeferir aquelas que considerar desnecessárias, consoante o teor do princípio do livre convencimento motivado.

5. Para modificar as conclusões da Corte de origem no tocante à necessidade, ou não, de nova prova pericial, seria imprescindível o reexame da matéria fático-probatória da causa, o que é defeso em apelo extremo, conforme preceitua a Súmula 7/STJ: "A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial". Precedentes.

6. Agravo interno conhecido em parte e, nessa extensão, não provido.

(AgInt no REsp 1.431.139/RN, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 21/8/2018, DJe 27/8/2018)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. ART. 1.022 DO CPC/2015. VIOLAÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA Nº 211/STJ. PERÍCIA. INDEFERIMENTO. PRINCÍPIO DA PERSUASÃO RACIONAL DO JUIZ. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 7/STJ. [...]

4. A legislação processual civil vigente manteve o princípio da persuasão racional do juiz, em seus artigos 370 e 371, o qual preceitua que cabe ao magistrado dirigir a instrução probatória por meio da livre análise das provas e da rejeição da produção daquelas que se mostrarem protelatórias.

Superior Tribunal de Justiça

5. Inviável rever o entendimento firmado pelas instâncias ordinárias, para acolher a existência de cerceamento de defesa pelo indeferimento da realização da perícia, sem a análise dos fatos e das provas dos autos, o que é inviável em recurso especial diante da incidência da Súmula nº 7/STJ.

6. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1.105.171/RJ, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 19/6/2018, DJe 26/6/2018)

Acerca da multiplicidade de multas, a Corte *a quo* assentou "*que as não-conformidades se referem a pontos de medição distintos, de modo a se tratar de atos diversos e autônomos, ainda que da mesma natureza, e reclamam a imposição de pena para cada*" (fl. 2.434), de modo que a alteração das conclusões adotadas pela Corte de origem, tal como colocada a questão nas razões recursais, demandaria, necessariamente, novo exame do acervo fático-probatório constante dos autos, providência vedada em recurso especial, conforme o óbice previsto na Súmula 7/STJ.

Por sua vez, quanto à aventada incidência de multa de mora, andou bem o Tribunal de origem ao decidir pela sua aplicação, uma vez que a multa administrativa foi efetivamente constituída em crédito da autarquia federal. A propósito, confira-se:

TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA. COBRANÇA DE MULTA DE MORA PELO ATRASO NO PAGAMENTO DE MULTA ADMINISTRATIVA IMPOSTA POR AGÊNCIA REGULADORA. PODER DE POLÍCIA. NATUREZA JURÍDICA DISTINTA. BASE LEGAL. COBRANÇA DE ENCARGOS LEGAIS. ARTIGO 4º, § 2º, II, DA LEI 9.847/1999.

1. Trata-se, na origem, de Agravo de Instrumento contra decisão que, em Execução Fiscal, determinou a exclusão da multa moratória de 2% incidente no débito de natureza não tributária.

2. Cinge-se a controvérsia em saber se sobre dívida não tributária (multa administrativa) de natureza punitiva, incide multa de mora quando de sua cobrança judicial por meio de Execução Fiscal.

3. Da análise dos artigos 2º, § 2º, da Lei de Execuções Fiscais c/c artigo 39, § 4º, da Lei 4.320/1964, deduz-se que o valor consolidado da Dívida Ativa dos créditos da Fazenda Pública abrange a correção monetária, juros e multa de mora.

4. Não há como confundir constituição de crédito com inscrição da dívida. A forma de apuração do crédito não tributário fica adstrita à lei administrativa cabível à hipótese, e, caso satisfeito pelo devedor quando notificado para o pagamento, nem sequer chega a ser inscrito em dívida ativa.

5. Não obstante, a inscrição em dívida ativa, que pressupõe ato administrativo de controle de legalidade, presume dívida já apurada e notificada ao devedor, que não a paga no prazo, estando em aberto.

Logo, a multa de mora e as penalidades impostas em razão da falta de pagamento do crédito não tributário, no modo e tempo devidos, acrescem ao crédito e passam a fazer parte de sua composição.

6. A própria Certidão de Dívida Ativa que dá azo ao executivo fiscal (fl. 14, e-STJ) bem discrimina a base legal para a aplicação dos encargos legais, tal qual a multa de mora, pelo não pagamento no prazo legal estabelecido ao sujeito infrator, fazendo expressa menção ao artigo 4º, § 2º, II, da lei 9.847/1999.

7. Recurso Especial provido.

(REsp 1.411.979/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 2/6/2015, DJe 5/8/2015)

Por fim, observa-se que o mesmo óbice imposto à admissão do recurso pela alínea *a* do permissivo constitucional impede a análise recursal pela alínea *c*, restando prejudicada a análise do dissídio jurisprudencial.

No mesmo sentido, confirmam-se:

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INEXISTÊNCIA DE OFENSA AO ART. 535 DO CPC. ACÓRDÃO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADO. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO DO ART. 116, PARÁG. ÚNICO DO CTN. NULIDADE DA CDA. PRESCRIÇÃO E SOLIDARIEDADE. INVERSÃO DO JULGADO QUE DEMANDARIA INCURSÃO NA SEARA PROBATÓRIA DOS AUTOS. SÚMULA 7 DO STJ. ÓBICES QUE INVIABILIZAM O SEGUIMENTO DO RECURSO PELA ALÍNEA C DO PERMISSIVO CONSTITUCIONAL. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. [...]

4. O mesmo óbice imposto à admissão do Recurso Especial pela alínea *a* do permissivo constitucional - incidência da Súmula 7/STJ - obsta a análise recursal pela alínea *c*, restando o dissídio jurisprudencial prejudicado.

5. Agravo Regimental desprovido.

(AgRg no AREsp 206.773/RS, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, DJe 1º/3/2013)

Superior Tribunal de Justiça

Ante o exposto, **nego provimento** ao agravo. Levando em conta o trabalho adicional realizado em grau recursal, impõe-se à parte recorrente o pagamento de honorários advocatícios equivalentes a 20% (vinte por cento) do valor a esse título já fixado no processo (art. 85, § 11, do CPC/2015).

Publique-se.

Brasília (DF), 1º de outubro de 2018.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA
Relator



Superior Tribunal de Justiça

AREsp nº 1356452 / RJ (2018/0225536-9) autuado em 03/09/2018

Detalhes

PROCESSO: **AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL**
AGRAVANTE : **PETRO RIO O&G EXPLORACAO E PRODUCAO DE PETROLEO LTDA.**
ADVOGADO: **JOSÉ ROBERTO PENNA CHAVES FAVERET CAVALCANTI - RJ060705**
ADVOGADO: **MARIA LUIZA FAVERET CAVALCANTI GARCIA DE SOUZA E OUTRO(S) - RJ075949**
ADVOGADO: **VINICIUS DE FIGUEIREDO TEIXEIRA - DF019680**
AGRAVADO : **AGENCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS**
LOCALIZAÇÃO: **Entrada em COORDENADORIA DA PRIMEIRA TURMA em 01/10/2018**
TIPO: **Processo eletrônico.**
AUTUAÇÃO: **03/09/2018**
NÚMERO ÚNICO: **0118596-46.2015.4.02.5101**

RELATOR(A): **Min. SÉRGIO KUKINA - PRIMEIRA TURMA**
RAMO DO DIREITO: **DIREITO ADMINISTRATIVO**
ASSUNTO(S): **DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO, Atos Administrativos, Infração Administrativa, Multas e demais Sanções.**

TRIBUNAL DE ORIGEM: **TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO**
NÚMEROS DE ORIGEM: **0118596-46.2015.4.02.5101, 01185964620154025101, 1185964620154025101, 2015.51.01.118596-0, 201551011185960. 12 volumes, 1 apenso.**

ÚLTIMA FASE: **18/10/2018 (01:12) PROCURADORIA GERAL FEDERAL INTIMADO ELETRONICAMENTE DA(O) DESPACHO / DECISÃO EM 18/10/2018**

Decisões

[AREsp 1356452\(2018/0225536-9 - 08/10/2018\)](#)
Decisão Monocrática- Ministro SÉRGIO KUKINA

Impresso Terça-feira, 23 de Outubro de 2018.

Versão **2.0.74** | de **01/10/2018 11:00:37**.